



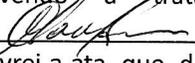
## COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA (CGE)

Ata da 1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) do CGE do ano de 2023.

Ao 23º (vigésimo terceiro) dia do mês de março de 2023 (dois mil e vinte e três), presencialmente, reuniram-se às 15h:30min (quinze horas e trinta minutos) os membros do Comitê de Gestão Estratégica (CGE) e convidados para a Reunião de Análise da Estratégia (RAE) em atenção ao disposto na Resolução CNJ nº 325/2020. Estiveram presentes: o Presidente do CGE, Desembargador Fernando Tourinho de Omena Souza; o Juiz Auxiliar da Presidência Dr. Antônio Rafael Wanderley Casado da Silva; o Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dr. Phillippe Melo Alcântara Falcão; a Secretária Especial da Presidência, Luciana de Omena Souza; o Diretor da Diretoria de Contabilidade e Finanças, Renato Barbosa Pedrosa Ferreira; o Juiz Presidente do Fundo de Modernização do Poder Judiciário, Dr. Sóstenes Alex Costa de Andrade; o Diretor-Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas, Eloy Melo Júnior; o Assessor-Chefe da APMP, Clóvis Gomes da Silva Correia, atuando como membro e secretário do CGE. Também se encontrava presente à reunião a supervisora judiciária, Gadara Luzia Rezende Barbosa Cavalcante, além dos convidados, servidores integrantes da APMP e responsáveis técnicos pela explanação de itens da pauta previamente definida, os analistas Amós Henrique Alves de Araújo e Inara Francoyse de Souza Pereira. Adiante subscrevem os membros do CGE, conforme os assuntos seguintes que foram debatidos e deliberados: Presidente abriu a reunião e já determinou o início dos trabalhos de explanação dos temas. Clóvis Gomes iniciou a fala para tratar de Informações gerais sobre as atividades do CGE e sobre a RAE que está prevista na Resolução CNJ n. 325. Na sequência o analista Amós Henrique trouxe a proposta das pesquisas de Clima Organizacional e de Pesquisa de Satisfação. Apresentou quais os impactos e quais relações tais pesquisas têm em relação aos indicadores estratégicos estabelecidos. Comentou sobre a minuta do questionário a ser aplicado que foi enviado ao conhecimento da presidência. Houve questionamento sobre a aplicação dos questionários, sendo abordado pelo Presidente acerca do questionário do público externo que se trata da pesquisa de satisfação. Inara Francoyse externou sobre as nuances observadas quanto às aplicações dos questionários físicos pelas unidades judiciárias e sugeriu outras propostas de realização dessa pesquisa. Apresentou sobre os aspectos da pesquisa de satisfação, tais como: qualidade do atendimento, tempo de duração dos processos, estrutura física das unidades, avaliação do portal, grau de confiança e produtividade e eficiência do TJAL. Houve proposta de continuar com o formulário no portal, além da aplicação de *QR Code* nas unidades que seria uma alternativa prática, uma vez que ao acessar e responder o questionário as informações já serão direcionadas para a planilha de consolidação dos dados apurados. Também como sugestão a aplicação do Balcão Virtual, por meio da resposta automática, solicitando a resposta ao formulário de satisfação. Também a opção de colocar pessoas para fazer a abordagem dos jurisdicionados nas unidades e realizar a aplicação da pesquisa em entrevista direta ou ainda encaminhamento da pessoa para totem de realização da pesquisa. Presidente indagou sobre a validade objetiva de realização da pesquisa em termos práticos daquilo que irá ser extraído dos resultados apurados da aplicação. O servidor Amós respondeu positivamente e Presidente fez o direcionamento da questão para a centralização de esforços em face da capacidade e do tamanho do tribunal com vistas a algo que possa realmente dar um retorno e se vai ser importante por diversos aspectos de aplicabilidade da pesquisa. Quais os resultados, qual a melhoria de serviços será alcançada com a importância da aplicação das pesquisas. O Juiz Presidente do Funjuris Dr. Sóstenes Alex fez a colocação de que seria importante a avaliação, mas com duas aplicações no Portal e na unidade judiciária e

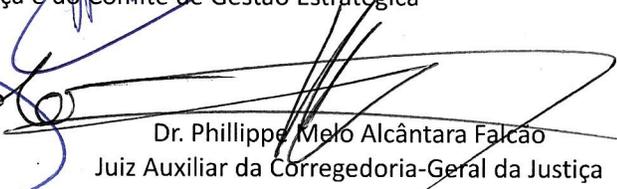
com período preestabelecido de duração da pesquisa. Foi respondido que em geral deixamos dois meses, mas que poderíamos também definir o período. Foi colocado por Dr. Phillippe Alcântara que a pesquisa representa um retrato do momento não sendo ideal algo contínuo. O Presidente colocou que é importante deixar entre um a dois meses, uma vez que é preciso observar o período da gestão e o tempo para responder ao identificado a partir das análises e ter esses resultados para verificar qual o caminho ou ajuste a ser empregado. Presidente frisou a necessidade de contagiar o público externo, convidar os órgãos para participarem. Foi observado que o público alvo, externo, englobando-se as partes, MP, advogados etc. Na oportunidade Dr. Phillippe, juiz auxiliar da CGJ também indagou sobre a pesquisa ser passiva e a tendência de que somente pessoas com alguma reclamação a fazer a acessarem. Foi questionado se teria outras sugestões de aplicação. Foram apresentadas outras propostas com a utilização da força auxiliar de estagiários, menor aprendiz ou servidores que depois de capacitados fariam as abordagens ao público respondente. Foi explanado que a pesquisa abrangeria o interior ao menos *online*, via portal ou por meio de *QR Code*. Quanto à utilização da força auxiliar de trabalho para tal se mostrou algo difícil em razão da dificuldade de se retirar essa força de trabalho mesmo por um determinado período em razão de impacto na atividade finalística. Chegou-se ao entendimento de realização da pesquisa *online*. Definindo-se pela aplicação da Pesquisa de Satisfação em formulários virtuais, pelo Portal do Tribunal e via *QR Code*. Posteriormente, houve explanação sobre o modelo da pesquisa de Clima Organizacional. Houve a definição de realização das pesquisas de forma anual e de sua aplicação no próximo ano após o carnaval. Já definindo o período de disponibilização de um mês a 45 dias. Posteriormente, a analista Inara apresentou dados do relatório Justiça em Números 2023 com dados do ano base 2022 extraídos do sistema SAJ. Tais informações serão divulgadas pelo CNJ, a partir de extração realizada via Datajud. Trouxe a série histórica de 2015 a 2022. Iniciou com os casos novos, apresentando um pico com mais de 300.000 (trezentos mil) casos de execuções fiscais em 2022. Antes desse período, apenas 2020 com mais de 100.000 (cem mil). Sem as execuções o quantitativo cai pouco mais de 500.000 para 173.000. Mostrou o comparativo de entrada entre janeiro e fevereiro dos períodos 2022/2023 com entrada maior neste ano de 2023 no 1º e no 2º graus. Também houve pico de processos baixados em 2022, influenciado pelas execuções fiscais. Foi apresentada a informação quanto aos baixados, sem execuções fiscais. De 494.000 reduz para 162.000, não sendo maior da série histórica, mas foi maior que 2021. Foi destacado que para o TJ/AL atingir maior eficiência deveria ter baixado 249.800 processos. Com os dados de 2022 estimou o resultado de 2022 em 67%. Foi informado da realização do cálculo de quanto cada unidade precisa baixar para que se possa buscar o alcance desse quantitativo visando a eficiência e melhor resultado no IPC-Jus. A informação estará disponível em ícone específico no sistema intrajus para o acompanhamento da evolução do resultado por todos. Sobre a produtividade no 2º grau, o Presidente entende a necessidade da divulgação dos dados de produtividade dos baixados de todas as Câmaras. Ressaltou também a utilização do fluxo do executivo fiscal na distribuição e de modo que se avalie a necessidade da existência de dois fluxos, de modo que se houver um só pode-se ganhar tempo com a otimização do andamento dos processos, solicitando ao Diretor-Geral a verificação disso junto ao Diretor da Diati e ao servidor Magno Vitorio. Foi destacada a questão de processos que estejam julgados e precisem ser evoluídos com a baixa do conhecimento. Dr. Phillippe asseverou que existem processos para a SPU realizar, sabendo-se da necessidade de focar no arquivamento, mas que a força de trabalho existente não tem conseguido dar vazão a todo o trabalho, necessitando-se ainda um incremento de pessoal, mas que será realizada a definição de atribuições. Presidente destacou a necessidade de se manter a qualidade das decisões mesmo sabendo da necessidade de aumento da produtividade. Presidente ressaltou a importância da Taxa de Congestionamento no setor de correição virtual da corregedoria porque há necessidade do cartório saber trabalhar. Tem de saber enfrentar os processos antigos e também os repetitivos, sabendo-se trabalhar com as duas situações. Dr. Phillippe destacou a construção do proativo que utiliza o parâmetro de redução dos processos distribuídos até 2020. Inara passou a apresentar os resultados das Metas Nacionais 2022. Nas discussões, Dr. Rafael destacou o não cumprimento da Meta 1 na 3ª entrância. Mesmo com a entrada dos novos juizes não houve tempo hábil para ajudar no

cumprimento geral. Também destacou que a 3ª entrância tem uma demanda maior. Nesse aspecto ressaltou que há necessidade de melhor distribuição da força de trabalho, pois existem unidades com pouca demanda e outras com muita demanda, porém com estruturas semelhantes, então passa pela melhor distribuição da força de trabalho, destacando sobre a questão de 2º assessor e 3º assessor conforme a maior necessidade. Dr. Phillippe ressaltou a hipótese de tornar tal questão dinâmica com uma reavaliação anual. Adiante, Inara apresentou as demais metas que foram cumpridas e não cumpridas, destacando que as metas deste ano o CNJ irá extrair as informações via base de dados DATAJUD. Apresentou o BI que criou para apresentação dos resultados das Metas mensalmente, para apreciação de forma gerencial, para fins de tomada de decisão. Os membros ressaltaram a necessidade de divulgação e também da motivação das equipes para o alcance dos resultados do Prêmio CNJ de Qualidade. Encerrada a apresentação sobre os dados de produtividade, o assessor-chefe da APMP, Clóvis Gomes passou a tratar dos itens do prêmio, destacando os percentuais de representação de cada eixo, bem como dos resultados alcançados pelo TJ/AL no ano passado. Nesse âmbito, Dr. Rafael destacou o andamento que foi alcançado no Eixo Governança e o da Transparência quase alcançou o percentual total do Eixo Transparência. Fez uma ressalva quanto ao peso desse eixo em relação ao todo que foi no ano anterior de apenas 6%, sendo os Eixos de Produtividade e de Dados e Tecnologia que precisam ser melhorados. Destacou a necessidade de impulsionar a produtividade visando o alcance do resultado do próximo ano. Importante impulsionar o IPC-Jus neste ano, buscando-se mudar o patamar e os indicadores para este ano ainda. Houve a discussão com o Presidente sobre a necessidade de foco nos processos das Metas Nacionais para o cumprimento de todas as metas. Depois foi sendo analisado pelo Presidente sobre todos os itens do Prêmio CNJ de Qualidade, observando o regramento do ano anterior. Nos itens apresentados foram destacados alguns itens de produtividade e simulações de alcance da pontuação do IPC-Jus a partir daquilo que seria necessário para o alcance de mais de 80% de cumprimento. Presidente destacou a necessidade de focar no que está sendo feito sentenciado e baixando o que precisa. Com a fiscalização virtual é possível avaliar várias unidades para desenvolvimento dos trabalhos. O Diretor Geral destacou que um grande volume de trabalho que o juiz precisa dar andamento que muitas vezes somente se preocupa em sentenciar sem ter as outras questões em vista. Presidente destacou que a escola pode fazer cursos da parte de gestão e a fiscalização virtual ser em cima de sentença e baixa pela Corregedoria. Destacou ainda que mesmo com a dificuldade é preciso ter foco em tudo aquilo que precisa ser feito, seja sentença, seja a baixa, arrecadação o que precisar ser realizado. Entende dos desafios existentes, mas é importante ter um norte, dar um direcionamento. Verificar se há problema nas informações alimentadas na base de dados, buscando-se verificar se existe servidor sem conhecer a utilização do sistema. Na SPU não pode ter servidor que não conheça o sistema. Dando sequência, o Presidente destacou da importância de a APMP estar monitorando o que vem sendo realizado para eventualmente corrigir o que está sendo feito de apoio às unidades e identificando quais outros eixos precisem ser trabalhados, observando-se a força de trabalho alocada para tal. Tem dialogado com o corregedor para verificar o que um está fazendo e o outro para que não estejam realizando a mesma coisa. Identificar se a mão de obra que está sendo utilizada para uma determinada coisa é o melhor caminho e se o direcionamento está sendo para o melhor caminho. Dando continuidade na apresentação, o assessor Clóvis Gomes destacou o item da taxa de congestionamento e do tempo médio que trabalham com recortes comparativos de períodos. Presidente asseverou a necessidade de que os servidores estejam realizando as movimentações de forma correta para a geração desses resultados. Outro item destacado foi o de acervo de processos antigos com os processos distribuídos até 2020 e pendentes cuja apuração realizada mostra que ainda dá para ser evoluído até o final do período formulado. Fechando a ideia geral de redução dos processos pendentes de julgamento antigos, redução do tempo médio e ampliação do quantitativo de processos baixados. Sendo estes os três focos fundamentais para o alcance dos resultados e obtenção de sucesso nessa empreitada de busca do Prêmio CNJ de Qualidade. Presidente pediu que sejam realizadas reuniões para verificar e avaliar os resultados, buscando-se diagnosticar se estamos caminhado bem ou não e Dr. Rafael já destacou da realização das reuniões do grupo do prêmio. Também houve sugestão

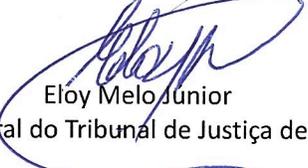
de workshop virtual com todos para destacar essas necessidades de cumprimento dos itens. Presidente destacou a necessidade de reforçar em uma primeira reunião com os servidores a necessidade de destacar aquilo que precisa ser realizado, com foco no cumprimento dos processos antigos, também a utilização da ferramenta SAJ Insights para o monitoramento dos serviços e alcance dos resultados. Na oportunidade, Dr. Phillippe destacou a solicitação do painel vinculado aos critérios do Juízo Proativo. Por fim, Presidente agradeceu a todos e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, eu  Clóvis Gomes da Silva Correia, Secretário e membro do CGE, lavrei a ata, que, depois de aprovada pelos presentes, vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça e do Comitê de Gestão Estratégica - CGE, Desembargador Fernando Tourinho de Omena Souza, e demais membros do comitê.

  
Desembargador Fernando Tourinho de Omena Souza  
Presidente do Tribunal de Justiça e do Comitê de Gestão Estratégica

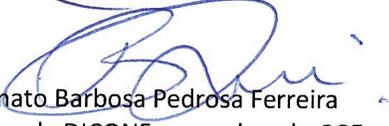
  
Dr. Antônio Rafael Wanderley Casado da Silva  
Juiz Auxiliar da Presidência e membro do CGE

  
Dr. Phillippe Melo Alcântara Falcão  
Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

  
Dr. Sostenes Alex Costa de Andrade  
Juiz Presidente do Funjuris e membro do CGE

  
Eloy Melo Junior  
Diretor-Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas

  
Luciana de Omena Souza  
Secretária Especial da Presidência e membro do CGE

  
Renato Barbosa Pedrosa Ferreira  
Diretor da DICONF e membro do CGE